



ARTICLE 19

Donatária: ARTIGO 19 BRASIL

Número da Doação: 0120-6272

Período do Relatório: DEZEMBRO 2012 A JULHO 2014

Certificação: *Ao apresentar este relatório atestamos que a pessoa que o enviou esta autorizada a fazê-lo em nome da organização, e que cumprimos as exigências legais estabelecidas na carta de notificação de doação, e que a ver foi despendida de acordo com as finalidades da doação.*

Responsável pelo relatório: PAULA LIGIA MARTINS

## **RELATÓRIO NARRATIVO INTERINO**

### **A. Reflexão Geral**

O Centro de Referência Legal em Liberdade de Expressão e Informação foi lançado como projeto piloto da ARTIGO 19 Brasil em 2011, através do financiamento recebido da Fundação Ford. O projeto piloto tinha como objetivo principal difundir e promover um melhor entendimento sobre o conteúdo, importância e extensão do direito à liberdade de expressão e informação entre a comunidade jurídica brasileira, incrementando sua efetivação pelos tribunais e facilitando sua judicialização por organizações e público em geral, estimulando o ativismo legal na área.

O projeto piloto previa a atuação jurídica através de litígio estratégico em 4 (quatro) temas centrais relacionados à temática de liberdade de expressão: radiodifusão, difamação, acesso à informação e garantia do pluralismo e diversidade.

Tendo em vista prioritariamente estas 4 (quatro) áreas, o Centro realizou diversas atividades que foram além do litígio propriamente dito. Também realizamos pesquisas jurisprudenciais e legislativas a fim de subsidiar o ajuizamento de ações ou pareceres judiciais, promovemos uma série de encontros e debates com organizações envolvidas no tema, bem como com a comunidade jurídica a fim de discutir com profundidade os temas trabalhados.

O impacto gerado por essas ações demonstraram a necessidade de continuar desenvolvendo estratégias jurídicas e de sensibilização visando a efetivação e garantia do direito à liberdade de expressão e acesso à informação pública. Nesse sentido, por meio da renovação do projeto pela Fundação Ford, o Centro de Referência legal continuou a sua atuação ao longo do ano de 2013 e 2014.

---

Além de dar continuidade às atividades iniciadas ao longo dos primeiros 18 meses do Centro de Referência, enquanto ainda era um projeto piloto, percebemos que novos temas relacionados à liberdade de expressão tornaram-se centrais no Judiciário e Legislativo nacionais. Dessa forma, foram incluídos mais dois temas de atuação ao trabalho do Centro: internet e protestos.

No período que compreende esse relatório final, a principal lição que pudemos extrair a partir do trabalho desenvolvido pelo Centro de Referência é que a transformação da forma como o Judiciário e a própria sociedade compreendem o direito à liberdade de expressão exige uma renovação de estratégias jurídicas e cada vez mais a difusão para todos os indivíduos de informações sobre a existência de mecanismos internacionais protetivos desse direito.

Assim, percebemos que para que a sociedade possa se apropriar desse direito e exercer o controle social para a sua concretização é fundamental que haja uma real mudança na “cultura” de liberdade de expressão, que passa pelo acesso à informação e amplo debate sobre a sua efetivação a partir dos marcos legais nacionais e internacionais existentes.

Acreditamos que a atuação do Centro de Referência tem se destacado não apenas na produção desse conhecimento, como também na aproximação com a comunidade jurídica e diálogo com indivíduos afetados por decisões judiciais arbitrárias que restringem o seu direito à livre expressão.

Nesse sentido, fortalecemos uma estratégia de comunicação na qual a criação de campanhas nas redes sociais, campanhas de mobilização, produção e veiculação de vídeos e promoção de eventos criativos e inovadores foram muito importantes para a difusão e efetivação do trabalho desenvolvido pelo Centro. Estes esforços se mostraram muito positivos na medida em que percebíamos a rápida reação de indivíduos se posicionando sobre os assuntos levantados a partir das provocações expostas nas campanhas ou nos eventos que promovemos.

---

Dentre as ações promovidas pelo Centro nessa perspectiva inovadora que foram um diferencial para o nosso trabalho podemos citar:

- Ato simbólico organizado no Tribunal de Justiça de São Paulo em favor de Ricardo Fraga durante o julgamento que cerceou injustamente a sua liberdade de expressão dentro e fora da rede (internet). Distribuimos bandanas pretas para cobrir a boca daqueles que queriam protestar contra a censura imposta a Fraga. O ato foi notícia em diversos jornais;
- Convocamos jovens estudantes para participar do evento Hackafreedom (inspirado na maratona internacional de programação de softwares) com a finalidade de passar uma madrugada inteira “hackeando” as decisões judiciais sobre internet;
- Seminário “Velhos e Novos Desafios à Liberdade de Expressão” que contou com intervenções artísticas, como um monólogo para representar o caso de Christian Góes (reproduzindo a crônica Eu e o Coronel em Mim, de sua autoria), e outras formas de estímulo visual e auditivo dos participantes como forma de reflexão sobre o próprio objeto discutido no evento.

Esses são alguns exemplos de eventos que contribuíram para a difusão do trabalho realizado pelo Centro e também para o estabelecimento de novas parcerias que tem sido fundamentais para ampliar os espaços de discussão sobre a liberdade de expressão no Brasil.

A experiência até o momento mostra que, como resultado do trabalho desenvolvido, é possível esperarmos no próximo ano uma maior aproximação e interesse de determinados setores do Judiciário (por exemplo: Associação de Juízes pela Democracia, Ministério Público Democrático, Grupos de Trabalho do Ministério Público Federal) com relação às demandas da sociedade civil por liberdade de expressão. Esse é um fator de extrema importância tendo em vista que, a longo prazo, poderemos observar um movimento dentro das próprias

---

instituições em favor de temas sensíveis nessa área que antes não mereciam a devida importância.

De forma geral os objetivos inicialmente planejados foram alcançados, assim como as atividades previstas foram devidamente cumpridas, segundo o projeto aprovado pela Fundação Ford. Mais abaixo, apontaremos as atividades realizadas em cada eixo de atuação e descreveremos os resultados das ações no período que abrange esse relatório interino.

## **B. Objetivos**

O Centro de Referência tem como objetivo fomentar o uso de vias judiciais para discussão de temas prioritários para o contexto nacional de liberdade de expressão e informação. Durante o período que abrange esse relatório interino, o litígio foi uma das vias utilizadas, porém outras ações de análise legislativa, análise jurisprudencial, capacitação da comunidade jurídica nacional, disseminação dos conceitos jurídicos ao público não especializado, produção de conhecimento e promoção dos padrões internacionais e do uso dos mecanismos internacionais de proteção dos direitos humanos (como Comissão de Direitos Humanos da OEA, Conselho de Direitos Humanos da ONU, Relatorias Especializadas, etc.) também representaram parte central do trabalho do Centro.

Ainda, por meio de uma plataforma virtual semanalmente atualizada, o Centro ofereceu uma série de informações sobre os mais recentes casos emblemáticos de liberdade de expressão no país, jurisprudência nacional e internacional, bem como processos legislativos em andamento. Entendemos que essas atividades são preparatórias e complementares ao litígio e não podem ser desconsideradas.

<i>Resultados Previstos</i>	<i>Resultados Alcançados</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise das normas brasileiras relevantes à luz dos padrões internacionais de liberdade de expressão;</li> <li>• Avaliação da jurisprudência à luz destes mesmos padrões;</li> <li>• Promoção de litígio de impacto para modificar situações preocupantes em 5 temas prioritários: regulação da radiodifusão e sua aplicação pelas autoridades, pluralismo e diversidade na mídia, difamação, internet e acesso à informação pública.</li> <li>• Apresentação de <i>amicus curiae</i> em casos levados à corte suprema</li> <li>• Aconselhamento na área da liberdade de expressão e informação a grupos e advogados</li> <li>• Capacitação e promoção de debates e estudos através de publicações, banco de dados e workshops</li> <li>• Uso dos sistemas internacionais para proteção dos direitos humanos em casos não solucionados no âmbito</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fizemos a análise de importantes normas propostas pelo Legislativo. Entre as principais, podemos mencionar: a análise da legislação eleitoral frente aos padrões internacionais; o capítulo que trata dos crimes contra a honra (difamação, calúnia e injúria) do projeto de lei de reforma do Código Penal; um projeto de lei que visa regulamentar o direito de resposta; bem como a análise de um projeto de lei que visa regulamentar a propaganda comercial nas rádios comunitárias.</li> <li>• Analisamos a jurisprudência relacionada aos principais temas de liberdade de expressão, entre eles: sobre os crimes contra a honra (difamação, injúria, calúnia e desacato); as decisões que tramitam no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Tribunal de Justiça de São Paulo, Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça sobre responsabilidade de provedores de</li> </ul>

<p>doméstico</p>	<p>internet; analisamos as decisões envolvendo questões de acesso à informação pública após a implementação da LAI (Lei de Acesso à Informação); atualizamos as decisões de todos os Tribunais Regionais Federais sobre rádios comunitárias.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O pontos relativos a litígio paradigmático e apresentação de <i>amici curiae</i> foram fundidos. No total, foram apresentadas ações relacionadas a difamação, criminalização das rádios comunitárias, regulação da radiodifusão, difamação, a obrigatoriedade de autorização prévia para a publicação de obras biográficas e protestos online. Maiores detalhes sobre os casos específicos seguem abaixo, na descrição das atividades.</li> <li>• Foram realizados aconselhamentos em casos relacionados a difamação civil e criminal, principalmente envolvendo conteúdos publicados na internet e a rádios comunitárias.</li> <li>• Neste segundo projeto, foram</li> </ul>
------------------	---

elaboradas 3 publicações e diversos workshops sobre os temas trabalhados. Em parceria com o coletivo Barão de Itararé, publicamos um guia prático voltado a blogueiros e internautas que são alvos de processos judiciais. Para a capacitação de blogueiros, internautas e jornalistas, desenvolvemos 5 oficinas práticas sobre o guia. Além das publicações e workshops, o banco de dados do Centro de Referência continuou a ser alimentado constantemente e houve um significativo número de acessos e compartilhamentos de materiais publicados nele.

- Um caso sobre difamação civil foi enviado ao sistema interamericano e outro sobre a criminalização das rádios comunitárias está em fase final de preparação; promovemos três Audiências Temáticas na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), uma sobre a criminalização das rádio comunitárias no território brasileiro,

	<p>a segunda sobre o uso intimidatório e ilegal de processos judiciais criminais de difamação no Brasil e a terceira abordava a conduta do Estado perante os protestos e manifestantes; enviamos cartas de apelo urgente requerendo o posicionamento das Relatorias Especiais para Liberdade de Expressão tanto da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) quanto para a Organização das Nações Unidas (ONU) sobre duas situações (descritas abaixo); reuniões foram realizadas com a Comissão Interamericana e seus comissionados para discussão previa do envio de possíveis casos bem como sobre situações alarmantes que despertaram a preocupação da organização; também participamos de reuniões cujo objetivo era assegurar o fortalecimento do sistema interamericano de proteção dos direitos humanos.</p>
--	--

### C. Atividades

Atividades Originais	Atividades Realizadas
<p><b>Litígio</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Litígio estratégico e apresentação de amicus sobre os temas prioritários já mencionados acima, com pelo menos 3 (três) ações</b></li> <li>- <b>Pelo menos 2 pareceres, petições ou procedimento administrativo sobre os temas prioritários</b></li> <li>- <b>Pelo menos 1 (uma) denúncia ou 1 (uma) audiência temática junto a CIDH. Pelo menos 1 (um) relatório enviado a ONU.</b></li> <li>- <b>Pelo menos 1 representação ao Ministério Público</b></li> <li>- <b>Pelo menos 10 pedidos informação apresentado às autoridades brasileiras</b></li> </ul> <p><b>Pesquisa</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Realização de monitoramento</b></li> </ul>	<p><b>Litígio</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação de amicus curiae na ADI 4815 que trata da obrigatoriedade de autorização prévia para publicação de obras biográficas;</li> <li>- Participação em audiências com a ministra Carmen Lucia sobre o caso acima referido;</li> <li>- Apresentação de amicus curiae na ADO 10 que trata da omissão do Congresso Nacional em regulamentar o direito de resposta e também dos princípios constitucionais que dispõe sobre a produção e programação das emissoras de rádio e televisão;</li> <li>- Participação da rede formada pelo Ministério Público de São Paulo e Procuradoria Regional do Direito do Cidadão com entidades parceiras (FINDAC) para discussão e encaminhamento de inquéritos</li> </ul>

<p><b>legislativo</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Realização de monitoramento de jurisprudência. Pelo menos 2 análises publicadas</b></li> </ul> <p><b>Parcerias jurídicas e capacitações</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Aconselhamento na área da liberdade de expressão e informação a grupos, advogados, jornalistas e defensores de direitos humanos.</b></li> </ul> <p><b>Comunicação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Manutenção do site</b></li> <li>- <b>Manutenção e difusão do banco de dados</b></li> <li>- <b>Trabalho com a mídia e criação de campanhas</b></li> </ul>	<p>administrativos e processos judiciais que envolvem radiodifusão;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Continuidade do acompanhamento das representações enviadas ao Ministério Público apontando irregularidades relativas à operação de rádios e TVs e questionando a atuação das autoridades responsáveis. No total acompanhamos hoje 9 representações, a maioria delas apresentadas em parceria com outras organizações, como Intervezes e Ação Educativa;</li> <li>- Levantamento dos políticos que são proprietários de TV's Educativas para atuação junto ao FINDAC;</li> <li>- Pedido de informação à Anatel solicitando a lista de emissoras educativas, contendo quantidade, nome e quadro diretivo/proprietários de cada uma;</li> <li>- Pedido de informação ao Ministério das Comunicações solicitando a programação oficial da emissora de televisão CNT, de propriedade do religioso Valdomiro Santiago, a fim de subsidiar uma ação</li> </ul>
--	--

	<p>judicial proposta pelo FINDAC;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Manifestação judicial em forma de parecer elaborada para o caso da rádio comunitária Coité na Bahia, a qual espera a autorização de funcionamento há mais de 10 anos e o seu dirigente responde a um processo criminal. Neste parecer, apontamos a inconstitucionalidade e não convencionalidade da criminalização da liberdade de expressão;</li><li>- Apresentação de recurso no processo administrativo da rádio comunitária Coité contestando o encerramento ilegal do processo de autorização de funcionamento da rádio;</li><li>- Articulação de uma carta de repúdio contra o comunicado da Anatel afirmando que iria intensificar a fiscalização das rádios comunitárias sem licença no período da copa. Conseguimos a assinatura de mais de 20 organizações de direitos humanos e movimentos sociais. A carta foi enviada à Anatel e teve muitos compartilhamentos nas redes sociais;</li><li>- Contribuímos com um artigo para a campanha da Amarc que teve como</li></ul>
--	--

	<p>objetivo problematizar as diversas barreiras para a democratização do rádio e do futebol no Brasil;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Elaboramos um manifesto de repúdio ao Ministério Público em decorrência da violação à privacidade e liberdade de expressão no caso da apreensão do servidor da Rádio Muda e conseqüente criminalização dos dirigentes. O manifesto juntamente com uma carta de advocacy foi enviada às autoridades competentes;</li><li>- Manifestação judicial em forma de parecer elaborada para o caso do defensor de rádios comunitárias, Jerry de Oliveira que foi processado por calúnia, injúria, entre outras imputações por tentar resistir ao fechamento de uma radio comunitária por agentes da Anatel;</li><li>- Moção de apoio com a assinatura de diversas organizações para ser juntada ao processo de Jerry de Oliveira;</li><li>- Manifestação judicial em forma de parecer elaborada para o caso da blogueira Aecia Leal que estava sendo processada por difamação após terceiros publicarem em seu blog uma reclamação</li></ul>
--	--

direcionada à Ouvidora da sua cidade. Após o nosso parecer, a autora da ação desistiu do processo;

- Campanha sobre a descriminalização da difamação. Após a audiência temática realizada na CIDH, promovemos uma sessão de advocay no Senado, a fim de conseguir apoio de outros senadores para a emenda ao projeto de reforma do Código Penal apresentada por uma Senadora visando a revogação do capítulo dos crimes contra à honra. Concluímos a gravação de um curta-documentário sobre o tema, na qual entrevistamos diversos especialistas e atingidos por processos criminais de difamação. Esta campanha tem como objetivo a sensibilização de parlamentares, da comunidade jurídica e defensores de direitos humanos a fim de que haja a descriminalização da calúnia, difamação, injúria e desacato no Brasil;

- Manifestação judicial em forma de parecer elaborada para o caso do Ricardo Fraga. Diante de uma ação judicial promovida por uma construtora, o ativista foi proibido de se manifestar nas ruas e

pela internet. Além do parecer, elaboramos uma carta de apoio assinadas por 19 organizações. No dia do julgamento do recurso, organizamos um ato-protesto dentro da sala de julgamento, o qual teve repercussão em 5 grandes veículos da imprensa e a decisão foi parcialmente reformada;

- Carta de apelo urgente requerendo um posicionamento dos Relatores Especiais de Liberdade de Expressão da CIDH e ONU sobre o julgamento do Ricardo Fraga;

- Mais de 40 pedidos de informação encaminhados buscando dados para subsidiar a elaboração das peças jurídicas e estudos legislativos e jurisprudenciais;

- Tendo em vista um projeto paralelo da organização que está mapeando as violações de liberdade de expressão no contexto de grandes obras, o Centro realizou um levantamento das ações judiciais em âmbito nacional que envolvem a construção da hidrelétrica de Belo Monte;

- Em consequência da apresentação do Amicus Curiae na ADIn sobre classificação

indicativa durante o projeto piloto, o Ministério da Justiça nos convidou para escrever um artigo para compor um livro especial que eles irão lançar sobre o sistema brasileiro de classificação indicativa. Neste artigo, através de uma análise comparada, defendemos a constitucionalidade do sistema criado pelo Ministério da Justiça;

- Participação da Rede formada pelo Ministério da Justiça com entidades parceiras para discussão e encaminhamento de propostas sobre classificação indicativa;

- Elaboração de uma denúncia à CIDH sobre o caso do jornalista Elmar Bones, o qual foi processado civilmente por políticos do rio Grande do Sul e diante da indenização de alto valor, foi obrigado a encerrar suas atividades. Além da reparação no caso concreto, nosso objetivo é provocar a Comissão e a Corte no sentido de firmarem padrões claros para fixação de penas e indenizações em casos de difamação civil;

- Em conjunto com a associação de rádios

comunitárias, AMARC, promovemos uma Audiência Temática na CIDH sobre a situação das rádios comunitárias no Brasil. Em razão da audiência, entregamos aos comissionados um dossiê que comprova a situação de criminalização desse setor. Na ocasião da Audiência, os comissionados realizaram uma série de questionamentos, os quais foram respondidos posteriormente em um documento complementar ao dossiê;

- Elaboração de resposta aos questionamentos indagados pelos comissionados;

- Em parceria com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, realizamos uma Audiência Temática para tratar dos crimes contra à honra e desacato no Brasil. Para tanto, elaboramos um documento prévio com os nossos argumentos, bem como um dossiê completo com casos de condenação por injúria, calúnia , difamação e desacato. Além disso, realizamos uma pesquisa de jurisprudência (detalhada abaixo) e de doutrina. A audiência contou com a participação presencial do jornalista

Cristian Góes que foi condenado a 7 meses e 16 dias de prisão face a uma ação movida pelo presidente do Tribunal de Justiça de Aracaju. Além dele, estava presente também o Defensor Público e Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria, Carlos Weis;

- Em parceria com a Justiça Global, Conectas e SAJU-RS, participamos de uma Audiência Temática na CIDH para evidenciar as violações de direitos humanos cometidas nas manifestações conhecidas como “jornadas de junho”. Para a ocasião, elaboramos um dossiê que foi entregue aos comissionados;

- Enviamos uma carta de apelo às Relatorias de Liberdade de Expressão da ONU e CIDH sobre as violações cometidas pelos Estado nas jornadas de junho;

- Participação na reunião promovida pelo escritório internacional sediado em Londres em razão da consulta do rascunho da Policy Direito de Protesto que está sendo elaborada em conjunto com os escritórios regionais;

- Em conjunto com a Conectas,

elaboramos e apresentamos um pronunciamento sobre as violações ocorridos nas manifestações em 2013 na 26ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU em Genebra;

- Tendo em vistas as manifestações previstas para ocorrer na época da Copa do Mundo, organizamos uma reunião na qual 16 organizações estiveram presentes para traçarmos uma estratégia de respostas rápidas às violações que poderiam ocorrer no período. Desenhamos um plano de ação sob quatro eixos principais: medidas junto a organismos internacionais, comunicação, monitoramento das violações e apoio jurídico e técnico;

- Entre outros pontos, esta articulação resultou na construção conjunta de um informe relatando as violações ocorridas nas manifestações no período da Copa do Mundo para a ONU e CIDH;

- Envio de 4 ofícios a Brasília (CNJ, SDH, MJ e Congresso Nacional) solicitando providências em relação às prisões de 22 manifestantes no Rio de Janeiro;

- Cartas de Apelo à CIDH, ONU e UNESCO solicitando posicionamento sobre as prisões arbitrárias de 22 manifestantes no Rio de Janeiro;

- Contribuímos com um artigo para a campanha da Amarc que teve como objetivo problematizar as diversas barreiras para a democratização do rádio e do futebol no Brasil;

- Articulação de uma carta de repúdio contra o comunicado da Anatel afirmando que iria intensificar a fiscalização das rádios comunitárias sem licença no período da copa. Conseguimos a assinatura de mais de 20 organizações de direitos humanos e movimentos sociais. A carta foi enviada à Anatel e teve muitos compartilhamentos nas redes sociais;

#### Pesquisa

- Realização de pesquisa de jurisprudência sobre a responsabilização de provedores de internet por conteúdos publicados por terceiros em suas plataformas. A fim de divulgar a discussão, bem como fomentar a pesquisa promovemos um evento chamado “Hackafreedom”, o qual foi

inspirado no “Hackathom” – uma maratona de programação internacional. O evento reuniu estudantes para uma maratona de pesquisa e análise de acórdãos sobre a temática durante a madrugada. O resultado da pesquisa evidenciou que a maioria dos juízes entende que o provedor deveria ser o responsável por conteúdos publicados por terceiro, fato que impulsiona tais provedores a censurarem conteúdos antes de uma decisão judicial por temerem a obrigação de arcar com as altas indenizações. Esta conclusão subsidiou nosso argumento e ações de advocacy no sentido de pleitear que o Marco Civil da Internet previsse expressamente que a responsabilidade dos provedores advém somente após uma ordem judicial requerendo a remoção do conteúdo;

- Realização de pesquisa de jurisprudência sobre os crimes contra a honra (difamação, injúria, calúnia e desacato). Foram analisados 512 processos divididos no Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal de Justiça

do Estado de São Paulo. Entre outras conclusões relevantes, a análise apontou que a grande maioria destas ações tinha como titular uma pessoa pública, geralmente políticos, membros do Judiciário, advogados ou militares. A pesquisa foi apresentada na Audiência Temática na CIDH e o resultado nos permitiu evidenciar o uso intimatório e abusivo que os processos judiciais criminais de difamação representam no contexto local;

- Realização de análise da jurisprudência a fim de compreender como o Judiciário tem decidido as demandas relacionadas à Lei de Acesso à Informação. O lapso temporal da pesquisa foi a entrada em vigor da LAI, 16 de maio de 2012, até 30 de setembro de 2013. Foram analisadas 116 decisões judiciais que chegaram ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, nos 5 (cinco) Tribunais Regionais Federais e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A análise dessas decisões integrou o relatório divulgado no aniversário da LAI em maio e teve como foco o estudo sobre como o Judiciário fez

uso das exceções previstas na LAI. Os resultados da análise foram debatidos no evento organizado para o lançamento do relatório. Após esse relatório fomos convidados a participar de reunião no MPF para discutir um projeto de monitoramento da transparência ativa no Estado de São Paulo;

- Levantamento e compilação de todas as decisões e posicionamentos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos relacionados ao direito à informação. Tal documento será útil para embasar pareceres jurídicos na área de acesso e difundir os padrões interamericanos sobre a temática;

- Atualizamos a análise jurisprudencial das decisões de todos os Tribunais Regionais Federais envolvendo as rádios comunitárias que compõe o site do Observatório de Comunicação Comunitária. Apresentamos a atualização da pesquisa no seminário “Rádio comunitária para todos os povos” realizado em Belém, no qual inclusive um Defensor Público da União citou a nossa pesquisa indicando que a Defensoria

usava a análise como base de seus pareceres e atuações judiciais;

- Análise dos pontos da legislação eleitoral relacionados com liberdade de expressão e acesso à informação pública. Tal análise subsidiou uma nova proposta legislativa de reforma eleitoral formulada e apresentada pelo MCCE ao Congresso Nacional. A análise sobre os pontos relativos à acesso à informação compuseram um estudo comparado dos países da América do Sul elaborado pela rede Alianza Regional;

- Análise do capítulo sobre crimes contra à honra do projeto que visa reformar o Código Penal. A análise foi enviada ao Senador relator do projeto e foi apresentada para a Relatoria de Liberdade de Expressão da CIDH, a qual expressou publicamente preocupações quanto ao projeto e publicou a análise no seu informe atual;

- Análise de um projeto de lei sobre direito de resposta frente aos padrões internacionais e envio de um ofício com o nosso posicionamento e análise aos

deputados envolvidos na discussão e votação do projeto;

- Análise comparada de um projeto de lei sobre publicidade em rádios comunitárias, o qual restringia de forma desproporcional a possibilidade de sustentabilidade desse setor. Esta análise foi enviada ao Ministério da Justiça, visto que a mesma resultou de um pedido originado do próprio Ministério a fim de oferecer subsídios a um parecer pela alteração ou revogação parcial do projeto;

- Análise legislativa dos dispositivos legais que tratam da transmissão de discurso oficial em cadeia nacional de radiodifusão. O estudo compôs o artigo da rede Alianza Regional sobre as cadeias nacionais na região lançado no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa;

- Contribuímos para a elaboração da policy internacional da Artigo 19 sobre direitos autorais no meio digital “Principles on Freedom of Expression and Copyright in the Digital Age”;

- Elaboração do Relatório de Violações à Liberdade de Expressão nos Protestos em

2013. O relatório apresentou o resultado do monitoramento das violações ocorridas em 696 manifestações que aconteceram ao longo do ano passado, além de conter análises das mesmas frente aos padrões internacionais de direitos humanos, pesquisa e análise legislativa de projetos de lei sobre o assunto que se encontram em trâmite no país, bem como uma apresentação do quadro legislativo e jurídico existente que se aplica ao direito de manifestação na atualidade. Através de uma análise de jurisprudência, abordamos também como o judiciário atuou em relação aos protestos em 2013, destacando diversas decisões judiciais;

- Além de ser apresentado na forma de um relatório tradicional, o documento foi transformado em uma plataforma digital. O site possibilitou a elaboração e veiculação de vídeos com diversos especialistas expondo seus pensamentos sobre o assunto, bem como vídeos de vítimas das violações que elencamos. Este trabalho teve uma grande repercussão na mídia. Muitos veículos de imprensa

noticiaram os números levantados no monitoramento e outras notícias focaram na atuação do Poder Legislativo e Judiciário que apontamos;

- Além do lançamento junto aos meios de comunicações (imprensa, radiodifusão e redes digitais), realizamos um evento com a presença de 192 pessoas que em sua maioria atuam em organizações da sociedade civil ou com temas relacionados à liberdade de expressão e direitos humanos. O espaço descontraído possibilitou o encontro de diversas pessoas, troca de ideias e a ampla difusão do relatório e da discussão. O site e trechos do relatório foram expostos em projeções e lambe-lambes nas paredes, bem como foram disponibilizado para visualização em 8 notebooks dispostos no local, entre outras formas de divulgação;

- Analisamos o Projeto de Lei nº 508/2013, o qual busca aumentar a pena de determinados crimes quando cometidos em manifestações, além de visar a proibição do uso de máscaras. Tal análise foi enviada ao relator do projeto, Senador Pedro Taques, e aos membros da

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) através de uma carta solicitando o arquivamento do projeto. A carta foi elaborada pelo Centro e foi assinada em conjunto com a Conectas e Justiça Global. Como resultado direto, alguns senadores sustentaram seus pedidos de arquivamento embasados pelos argumentos apontados na Carta e após isso, a votação foi adiada diversas vezes;

#### Parcerias jurídicas e capacitações

- Em parceria com o Centro de Estudos de Mídias Alternativas Barão de Itararé, publicamos um guia prático voltado à blogueiros e internautas que são alvos de processos judiciais. Para a capacitação de blogueiros, internautas e jornalistas, desenvolvemos 5 oficinas práticas sobre o guia com o objetivo de expor os principais motivos para a abertura de um processo judicial, entender como funciona, oferecer dicas sobre como evitar ser processado, e ainda dar orientações jurídicas sobre como responder caso um processo seja aberto. As oficinas geralmente acontecem em espaços de debates entre blogueiros e internautas.

Além desse público, estamos começando a direcionar as oficinas para jornalistas que inclusive são processados por conteúdos postados off-line. Nesse sentido, fomos convidados pela Abraji para promover uma oficina direcionada a jornalistas no Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo promovido pela entidade em julho de 2014;

- Resultado de uma parceria com a Witness, Advogados Ativistas e outros, elaboramos o guia “Como filmar violência policial em protestos?” e com base no guia realizamos um workshop para midiativistas e advogados. A oficina objetivou elucidar como o registro em vídeo pode ser usado de forma segura e efetiva para flagrar violações durante manifestações e servir de ferramenta poderosa contra a violência policial. Além disso, focamos que o registro em vídeo de violações contra manifestantes pode fornecer contundentes provas judiciais e acelerar processos de responsabilização;

- Firmamos uma parceria com a Associação dos Juízes para Democracia (AJD). Como resultado de reuniões de

articulação, a AJD publicou uma nota institucional condenando o papel do Judiciário no contexto dos protestos. Além disso, convidou o Centro de Referência para publicar um artigo no jornal mensal da organização. O artigo foi publicado na edição de julho/2014 e abordou as decisões judiciais restritivas contra os manifestantes. Outro ponto de apoio acordado diz respeito às ações do Centro defendendo a descriminalização da difamação, bem como a revogação de legislações penais que são aplicadas contra rádio-comunicadores comunitários;

- Outra parceria jurídica relevante para o trabalho do Centro diz respeito às ações promovidas em conjunto com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Diversas reuniões de articulação e de elaboração de estratégias conjuntas em vários temas foram realizadas em conjunto com a instituição. Um dos resultados deste trabalho foi a Audiência Temática realizada na CIDH sobre o uso criminal da legislação de difamação no país.

	<p>Comunicação</p> <p><b>Site:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Publicação de novos textos sobre os casos trabalhados;</li><li>- Contínua alimentação do banco de dados com jurisprudência, legislação, doutrina (nacional e internacional) e pedidos de informação sobre liberdade de expressão e informação;</li><li>- Apresentação de casos relevantes com links;</li><li>- Cópia integral de todos os documentos produzidos pelo Centro de Referencia.</li></ul> <p><b>Mídias Sociais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Criação de campanhas nas redes sociais com diversas visitas e compartilhamentos, como por exemplo a campanha para o caso do Ricardo Fraga, Biografias, Rádio Comunitária Coité e Protestos. Os números de visualização e compartilhamentos são expressivos, por exemplo o post sobre o lançamento do</li></ul>
--	--

	<p>site de protestos obteve 75.424 visualizações, já um infográfico com os tipos penais alcançou 60.193 visualizações.</p>
--	--

#### D. Indicadores

D.1 Indicadores previstos na proposta	D.2 Metas efetivamente alcançadas
<p>Análise jurídica de legislação relevante à luz da liberdade internacional de padrões de expressão e as melhores práticas</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Após ações de advocacy no Senado Federal objetivando que seus membros apoiassem a descriminalização da difamação, a Senadora Ana Rita apresentou uma emenda ao projeto de reforma do Código Penal solicitando a revogação do capítulo dos crimes contra à honra da legislação penal;</li> <li>- Determinados Senadores sustentaram seus pedidos de arquivamento do Projeto de Lei nº 508, o qual objetiva criminalizar manifestantes, embasados na análise</li> </ul>

	<p>jurídica enviada pelo Centro de Referência e após isso, a votação foi adiada diversas vezes;</p> <p>- Após o envio da nossa análise sobre o projeto de lei que visa regulamentar o direito de resposta, recebemos um pedido da Deputada Federal relatora do projeto para explicarmos em conversa telefônica os pontos mais problemáticos. Seus assessores se mostraram empenhados em defender a mudança dos pontos apontados na análise;</p> <p>- O Ministério da Justiça nos solicitou um parecer jurídico sobre um projeto de lei que objetiva regulamentar a publicidade nos meios comunitários. Após a conclusão do parecer, o Ministério o utilizou em suas ações;</p> <p>- Ampla receptividade entre os parlamentares para discussão de alguns projetos de lei em relação aos quais o Centro tem trabalhado, aceitando documentos e demandando material adicional sobre padrões internacionais;</p>
--	--

<p>Avaliação da jurisprudência, à luz dos padrões internacionais de liberdade de expressão</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Nossas ações judiciais e midiáticas deram grande visibilidade ao caso do ativista Ricardo Fraga, o caso foi pautado em diversos meios de comunicação impressos, televisivos e digitais. Após tais ações, a decisão liminar foi reformada parcialmente;</li><li>- O Centro de Referência Legal obteve sucesso em uma ação movida por uma funcionária pública contra a blogueira Aecia Legal por conteúdos publicados anonimamente em seu blog. Após a apresentação de parecer jurídico, a autora do processo, por meio de um acordo, decidiu encerrar a ação;</li><li>- Nossos estudos de jurisprudência sobre as restrições ilegítimas impostas a rádios comunitárias foram apresentados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e também em seminários relevantes. Realizamos diversas ações para expor os impactos negativos do uso de normas penais contra rádios. A Defensoria Pública da União entrou em contato com os nossos argumentos e material de referência durante um desses eventos e os usou em um caso judicial</li></ul>
--	---

	<p>levado ao Supremo Tribunal Federal. Como resultado, em uma decisão inédita, o Tribunal pronunciou-se contra o uso de sanções penais contra as rádios comunitárias sem licença;</p> <p>- Em três ocasiões diferentes, apresentamos para a CIDH os resultados de análises de jurisprudência em desconformidade com os padrões interamericanos. Na primeira ocasião demonstramos que o judiciário brasileiro decide majoritariamente de forma restritiva sobre as questões de rádios comunitárias. Em outra audiência, mostramos o resultado da pesquisa de jurisprudência sobre difamação, calúnia, injúria e desacato, a qual evidenciou o alto índice de processos objetivando inibir críticas de interesse público. Após a Audiência Temática, o Estado brasileiro solicitou aos Relatores para Liberdade de Expressão da ONU e CIDH uma nota técnica acerca dos artigos que dispõem sobre crime contra à honra na reforma do código penal. A última análise jurisprudencial apresentada aos comissionados diz respeito às decisões</p>
--	---

	<p>judiciais restritivas no contexto da manifestações do ano de 2013. Em todas as ocasiões, os comissionados indicaram preocupação com as diretrizes traçadas pelo Judiciário e apontaram que tais jurisprudências estão em desconformidade com as diretrizes interamericanas.</p>
<p>Promoção de litígio de impacto para alterar situações preocupantes - levar casos paradigmáticos aos tribunais</p>	<p>- 3 pareceres jurídicos (Caso Ricardo Fraga, Caso Jerry, Caso Rádio Comunitária Coité)</p>
<p>Apresentação de <i>amicus curiae</i> em processos relativos FoE e Fol levado ao Supremo Tribunal Federal por outras partes</p>	<p>- 2 <i>amicus curiae</i> (biografias e regulamentação de artigos constitucionais de comunicação) admitidos e recebidos pelo Supremo Tribunal Federal</p>
<p>Aconselhamento a grupos locais, advogados, rádios comunitárias, jornalistas e defensores dos direitos humanos sobre casos de FoE e Fol que não foram selecionados para a intervenção direta</p>	<p>- Diversos aconselhamentos à rádios comunicadores, blogueiros e jornalistas que estão sendo processados por conteúdos publicados;</p> <p>- Solicitação de treinamentos legais para blogueiros e internautas sobre liberdade de expressão;</p> <p>- Muitos interessados estiveram</p>

	<p>presentes e participaram ativamente da oficina do guia “Fui Processado. O que eu faço?”. Posteriormente, identificamos que os mesmos realizaram publicações positivas nas redes sociais.</p>
<p>Capacitação para ONGs e outros grupos interessados em litigar em FoE / FOI</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Constantes conversas com organizações da sociedade civil sobre os mecanismos internacionais, principalmente sobre o sistema interamericano;</li>   <li>- Intermediamos reuniões entre a Relatoria de Liberdade de Expressão com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Associação dos Juízes para Democracia, Ministério Público Democrático, Associação dos Procuradores de São Paulo, entre outros.</li> </ul>
<p>O uso de sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos para tratar de casos não resolvidos no nível doméstico</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Além das 3 audiências temáticas realizadas na CIDH (descritas acima), submetemos o caso do jornalista Elmar Bones à Corte Interamericana;</li>   <li>- A maioria das ações do Centro de Referência Legal junto aos mecanismos internacionais são construídas a partir do envolvimento com outras instituições ou</li> </ul>

	organizações da sociedade civil. Desse modo, cartas de apelo, audiências, informes e reuniões são geralmente construídas a partir de parcerias que visam promover maior visibilidade e apropriação dos sistemas internacionais.
--	---

Além dos impactos previstos originariamente no projeto, outros indicadores puderam ser observados:

- Convite realizado pelo Ministério da Justiça para elaboração de artigo para compor um livro especial que irão lançar sobre o sistema brasileiro de classificação indicativa. Este convite é uma consequência da nossa participação na rede criada pelo Ministério bem como da apresentação do Amicus Curiae na ação que questiona a constitucionalidade do sistema de classificação indicativa no país;
- Após a apresentação da pesquisa de jurisprudência sobre acesso à informação, o Ministério Público Federal formalizou um convite para discutir um projeto de monitoramento da transparência ativa no Estado de São Paulo;
- Convite para exposição na audiência pública na Procuradoria Regional da República para discutir liberdade de expressão e acesso à informação em período eleitoral;

- 
- Convite para participação na audiência pública na Procuradoria Regional da República para discutir a democratização dos meios de comunicação;
  
  - Diversos convites para exposição em seminários, congressos e eventos acadêmicos. Por exemplo:
    - Participação em congresso na Argentina: “Acceso a la información y archivos: hacia una nueva comunidad epistémica”, realizado pelo CELE
    - Participação no III Fórum de Internet no Brasil
    - Participação na Campus Party
    - Participação do debate "Assegurando a liberdade de expressão aos blogueiros" promovido pelo Barão de Itararé
    - Participação na oficina Anti-Vigilância promovida pelo CTS-FGV
    - Participação no Social Media Week
    - Participação no Seminário Internacional Infância e Comunicação realizado pela Andi
    - Participação no Encontro sobre Verdade, Justiça e Memória promovido pelo ISER
    - Participação no Seminário Rádios Comunitárias para todos os povos promovido pela Amarc
  
  - A realização do Hackafreedom - hackathon adaptado para pesquisa de jurisprudência sobre responsabilidade de provedores de internet - chamou a atenção de diversos estudantes de Direito para o tema, além de inaugurar um novo formato para divulgação e elaboração destas pesquisas;

- 
- Cobertura pela mídia especializada de atividades realizadas pelo Centro, como o lançamento do guia “Fui Processado. O que eu faço?”;
  - Diversos pedidos de entrevistas e posicionamentos sobre assuntos relativos à temática trabalhada. No total, foram contabilizadas mais de 70 matérias na imprensa (links abaixo);
  - Convite para uma parceria com a Pública-Agência de Jornalismo Investigativo visando a orientação legal de seus repórteres e colaboradores;
  - Revista Carta Capital iniciou um contato oferecendo espaço midiático para as pautas trabalhadas pelo Centro;
  - Visitações freqüentes ao site e ferramentas disponibilizadas online, além de amplo compartilhamento dos matérias publicados na redes sociais. Por exemplo, uma publicação do caso do Ricardo Fraga em nossa rede social, teve 417 compartilhamentos, 471 curtidas e 35.240 pessoas alcançadas.

#### **E. Mudanças na Organização ou no Contexto**

O contexto sócio-político brasileiro vivenciou algumas grandes mudanças no período de desenvolvimento do projeto. Principalmente no que diz respeito em como o executivo brasileiro passou a lidar com os movimentos sociais após as manifestações iniciadas em junho de 2013.

Desde 2013, com os crescentes protestos no Brasil, as forças de segurança têm violado sistematicamente os direitos das pessoas que participam deles. Inúmeras violações ao direito internacional foram verificadas e o Estado brasileiro não tomou as devidas providências para que as mesmas fossem impedidas e seus agentes responsabilizados.

---

Em sentido contrário, o governo brasileiro recrudesciu suas ações de repressão e instalou-se um cenário de criminalização dos movimentos sociais e manifestantes.

Inúmeros projetos de lei e decisões judiciais restritivas foram observados e discutidos pela sociedade brasileira. Entre eles, pode-se citar um projeto que possibilita o enquadramento de defensores de direitos humanos como terroristas.

Diante desse quadro, o Centro de Referência Legal incluiu em suas atividades ações relacionadas aos protestos.

Outra questão relevante ocorrida no transcorrer do projeto foi a ampla discussão de liberdade de expressão no Supremo Tribunal Federal impulsionada pela ação direta de inconstitucionalidade que contesta a obrigatoriedade de autorizações prévias para a publicação de obras biográficas. Este debate teve grande impacto na imprensa, comunidade jurídica e sociedade em geral e possibilitou que muitos indivíduos se posicionassem à favor da liberdade de expressão como um direito fundamental do ser humano.

Por último, é interessante mencionar a centralidade que o debate sobre a proteção à privacidade tomou após as declarações de Edward Snowden. Como reflexo das revelações feitas por Snowden, o Brasil e Alemanha aprovaram uma resolução na Assembleia Geral da ONU sobre a proteção da privacidade na era digital. A resolução estabelece que a vigilância ilegal, interceptação de comunicações e coleta ilegal de dados pessoais viola o direito à privacidade e à liberdade de expressão. Entre outros pontos, a resolução apela para que os países signatários revejam suas práticas e leis sobre vigilância.

Na época de tais fatos, o Brasil ainda não havia aprovado o Marco Civil da Internet, carta de princípios que visa assegurar, entre outros, o direito à privacidade na rede.

---

Contudo, após os fatos descritos acima, o Congresso Nacional aprovou o projeto de lei que tramitava desde 2011.

Contudo, o Brasil ainda está entre os países que ainda não aprovaram uma lei específica de proteção de dados pessoais e evidências apontam que práticas de vigilância são cada vez mais usadas pelas forças de segurança a fim de controlar e criminalizar defensores de direitos humanos. Em resposta a isso, iniciamos uma série de estudos legislativos, jurisprudências e técnicos sobre a proteção de dados pessoais e de comunicação na rede.

## **F. Questões**

A ARTIGO 19 estruturou suas áreas administrativas e financeiras ao longo do desenvolvimento do projeto. Este fato possibilitou um fortalecimento considerável na organização, bem como potencializou a efetividade dos tramites burocráticos e financeiros necessários para o bom funcionamento da entidade.

A equipe que trabalha diretamente no Centro de Referência Legal permaneceu estável, com poucas trocas de estagiários durante o projeto, o que possibilita um grande comprometimento e continuidade das ações.

Não houve mudanças no quadro diretivo e apenas o conselho fiscal foi renovado.

## **G. Diversidade**

Entre a equipe atual, temos uma maioria de mulheres, inclusive nos cargos de coordenação e na direção executiva da organização.

---

Temos como meta buscar maior diversidade étnica em 2013. Esse critério é levado em consideração na escolha de novos membros da equipe.

## H. Perspectivas para o futuro

Analisando os desafios, resultados, sucessos e lições aprendidas durante o segundo projeto de desenvolvimento do Centro de Referência Legal, chegamos às seguintes conclusões:

- O Centro continuará promovendo o litígio estratégico como objetivo central de suas atividades. E seguirá desenvolvendo atividades complementares a fim de reforçar o uso do litígio;
- O termo litígio será usado para, em muitos casos, fazer referência a diferentes tipos de ação e casos, inclusive processos administrativos, apresentação de pareceres, elaboração de *amicus curiae*, elaboração de peças para apresentação por terceiros (especialmente quando legitimidade processual for um obstáculo), além dos casos ajuizados em nome da ARTIGO 19 em benefício / defesa de vítimas de violações ou outras organizações sociais;
- Os casos iniciados terão continuidade e são acompanhados constantemente pela equipe;
- O Centro pretende disseminar o máximo possível os resultados do projeto, lições aprendidas, boas práticas e qualquer informação útil a outros que tenham interesse no uso do litígio para proteção e promoção do direito à liberdade de expressão. Pretendemos produzir material extensivo para compartilhamento através do site do Centro para que ações semelhantes possam ser realizadas e o impacto do projeto multiplicado;

---

- Embora encontros, debates e seminários sejam um objetivo de longo prazo do Centro, eles não serão nossa prioridade no próximo ano, ou dois. Acreditamos que nesse momento, nossa prioridade deve ser o desenvolvimento de ações judiciais e ações de pesquisa, assim como sua divulgação;

- Pretendemos aumentar consideravelmente nossa rede de contatos e apoiadores, principalmente com as instituições do âmbito jurídico;

- A fim de construir sobre o alicerce formado durante os 36 meses do Centro e, ao mesmo tempo, garantir ampliação das atividades já desenvolvidas, pretendemos trabalhar os seguintes temas nos próximos anos:

- Ameaças à liberdade de expressão online
- Pluralismo e diversidade na mídia, em especial na radiodifusão (aplicação e revisão do marco legal)
- Protestos sociais
- Difamação civil, criminal e leis de desacato
- Violações do direito à liberdade de expressão e informação dos comunicadores sociais e defensores de direitos humanos.
- Acesso à informação pública

Outra questão importante para o Centro de Referência é a busca de novos formatos para a difusão de assuntos jurídicos. Nesse sentido, o Centro atua em conjunto com a área de comunicação sempre procurando e elaborando formatos inovadores como meio de divulgação de suas ações. Nesse sentido, continuaremos a investir na elaboração de vídeos, imagens e outros materiais de veiculação nas redes digitais. Ainda nesse ponto, os pareceres continuarão sendo apresentados de maneira

---

persuasiva e com linguagem aprimorada, mas de fácil acesso e compreensão pelo público não especializado.

## ANEXOS

### 1. LISTA DE ENTREVISTAS

#### Protestos

<http://www.radiotube.org.br/audio-1679W1egYbi3>

[http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/brasil/2014/03/28/interna\\_brasil,420129/ongs-denunciam-a-cidh-criminalizacao-dos-protestos-no-brasil.shtml](http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/brasil/2014/03/28/interna_brasil,420129/ongs-denunciam-a-cidh-criminalizacao-dos-protestos-no-brasil.shtml)

<http://spressosp.com.br/2014/06/02/policia-acha-que-manifestacao-e-algo-ilegal/>

[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/\\_ed792\\_ongs\\_acusam\\_brasil\\_de\\_estado\\_de\\_excecao](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed792_ongs_acusam_brasil_de_estado_de_excecao)

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-03/entidades-denunciam-oea-casos-de-abuso-policial-durante>

<http://oglobo.globo.com/brasil/brasil-acusado-na-oea-de-violar-direitos-humanos-em-protestos-12016170>

<http://www.sul21.com.br/jornal/a-policia-acha-que-manifestacao-e-algo-ilegal/>

<http://www.midiatismo.com.br/politica-sociedade/respeito-a-privacidade-ou-a-liberdade-de-expressao>

<http://global.org.br/arquivo/noticias/violencia-do-estado-brasileiro-nas-manifestacoes-e-denunciada-internacionalmente-em-audiencia-na-oea/>

<http://terradedireitos.org.br/2014/03/31/violencia-do-estado-brasileiro-nas-manifestacoes-e-denunciada-internacionalmente-em-audiencia-na-oea/>

[http://www.amarribo.org.br/pt\\_BR/midia/ver\\_noticia/228](http://www.amarribo.org.br/pt_BR/midia/ver_noticia/228)

<https://www.agenciaunico.com.br/blog/protestos-nas-redes>

---

<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/05/internautas-sao-censurados-no-facebook.html>

<http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/2014/04/01/violencia-do-estado-brasileiro-nas-manifestacoes-e-denunciada-internacionalmente-em-audiencia-na-oea/>

<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,protestos-nas-redes-sociais-vaio-parar-na-justica,1033423>

<http://www.rets.org.br/?q=node/2488>

<http://www.abong.org.br/noticias.php?id=7158>

<http://ddh.org.br/juristas-publicam-manifesto-contr-a-criminalizacao-das-lutas-sociais/>

<http://www.cpadnews.com.br/giro-pelo-brasil/22574/ha-um-ano-%60batalha-da-consolacao%C2%B4-impulsionou-protestos-pelo-pais.html>

<http://arquivo.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questao-racial/violencia-racial/24120-os-abusos-policiais-durante-os-protestos-no-brasil-chegam-ao-cenario-internacional>

<http://www.notoriumjuridico.com.br/2014/06/lembre-o-que-autoridades-e-politicos.html>

<http://www.radiocomunidadevole.com.br/?pg=noticias-descricao&id=1217&idcat=5>

<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/tj-sp-mantem-proibicao-a-protesto-contr-empredimento>

<http://noticiasriobrasil.com.br/?p=7034>

<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2013/05/519391.shtml>

<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=79779>

<http://ecossocialismooubarbarie.wordpress.com/2014/04/02/violencia-do-estado-brasileiro-nas-manifestacoes-e-denunciada-internacionalmente-em-audiencia-na-oea/>

<http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/ong-2493-foram-detidos-nos-protestos-de-2013-8-morreram,103f258f1fc56410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>

<http://www.tribunadabahia.com.br/2014/06/07/quase-850-pessoas-foram-feridas-durante-protestos-de-2013>

<http://new.d24am.com/noticias/brasil/estudo-aponta-2493-detidos-durante-os-protestos-de-2013/113179>

<http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/66215/11+premio+libero+badaro+de+jornalismo+premiara+estudantes>

---

<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-06-06/ate-dezembro-pelo-menos-837-pessoas-foram-feridas-durante-as-manifestacoes.html>

<http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/66218/relatorio-da-artigo-19-aponta-117-violacoes-contra-jornalistas-durante-protestos>

[http://www.huffingtonpost.co.uk/thomas-hughes/brazil-world-cup-protests\\_b\\_5416761.html?utm\\_hp\\_ref=uk&ncid=tweetInkushpmsg00000067](http://www.huffingtonpost.co.uk/thomas-hughes/brazil-world-cup-protests_b_5416761.html?utm_hp_ref=uk&ncid=tweetInkushpmsg00000067)

<http://noticias.r7.com/cidades/em-2013-protestos-deixaram-837-feridos-e-oito-mortos-no-brasil-02062014>

<http://www.brasildefato.com.br/node/28725>

<http://oglobo.globo.com/brasil/manifestacoes-tiveram-2608-detidos-em-todo-pais-no-ano-passado-12696699>

<http://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/artigo-xix-lanca-site-sobre-protestos-8409.html>

### **Radiodifusão/Radcom**

[http://www.radialistasrj.org.br/noticias\\_print.php?id=5510](http://www.radialistasrj.org.br/noticias_print.php?id=5510)

<http://amarcbrazil.org/tag/artigo-19/>

<http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/03/oea-recebe-denuncias-sobre-criminalizacao-de-radios-comunitarias-no-brasil/>

<http://observatoriopirata.com.br/entidades-levam-estado-brasileiro-a-oea-por-nao-garantir-direito-a-comunicacao/>

<http://nucleopiratininga.org.br/comunidades-rurais-indigenas-e-quilombolas-querem-fazer-radio-comunitaria/>

[http://institutotelecom.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4814:radio-s-comunitarias-para-todos-os-povosq-e-tema-de-seminario-nacional&catid=1:latest-news](http://institutotelecom.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4814:radio-s-comunitarias-para-todos-os-povosq-e-tema-de-seminario-nacional&catid=1:latest-news)

---

<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/02/lei-da-midia-democratica-e-debatida-em-audiencia-publica-em-sp>

<http://www.arede.inf.br/noticias/6509-radio-comunitaria-do-interior-baiano-luta-para-se-manter-no-ar>

<http://www.radiotube.org.br/audio-167k7jb2oBAM>

<http://radiofutebol.amarcbrasil.org/fiscalizacao/>

### **Difamação**

<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,brasil-e-denunciado-por-punir-criticas-a-politicos-imp-,1091279>

<http://oglobo.globo.com/brasil/ecos-da-censura-ameaca-liberdade-de-expressao-resiste-12032602>

[http://www.olhardireto.com.br/juridico/noticias/exibir.asp?noticia=ONG\\_apresenta\\_denuncia\\_contra\\_o\\_Brasil\\_na\\_OEA\\_por\\_violacao\\_de\\_tratados\\_internacionais&id=14251](http://www.olhardireto.com.br/juridico/noticias/exibir.asp?noticia=ONG_apresenta_denuncia_contra_o_Brasil_na_OEA_por_violacao_de_tratados_internacionais&id=14251)

<http://www.ammp.org.br/institucional/mostrar-noticias/noticia/11034>

[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/\\_ed792\\_ecos\\_da\\_censura](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed792_ecos_da_censura)

<http://www.jornalprimeirahora.com.br/noticia/57262/OEA-adverte-sobre-risco-a-liberdade-de-expressao>

<http://www.conexaojornalismo.com.br/todas-as-noticias/oito-dicas-para-blogueiros-brasileiros-que-enfrentam-persegucoes-judiciais-0-11715>

### **Internet**

<http://www.reformapolitica.org.br/historico/2013/784-dia-mundial-da-liberdade-de-imprensa-artigo-19-discute-o-direito-de-blogar.html>

<http://www.escoladegoverno.org.br/agenda/2581-dia-mundial-da-liberdade-de-imprensa--artigo-19-discute-o-direito-de-blogar>

<https://ndisusp.wordpress.com/2013/09/15/videos-da-participacao-do-ndis-em-eventos-e-debates-julho-e-agosto-de-2013/>

---

<http://coaliza.org.br/blog/campus-party-marco-civil-nao-soluciona-a-vigilancia-na-rede-diz-advogada/>

<http://www.midiatismo.com.br/politica-sociedade/respeito-a-privacidade-ou-a-liberdade-de-expressao>

<https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/00-14025-oito-dicas-para-blogueiros-brasileiros-que-enfrentam-persegucoes-judiciais>

<http://comunicatudo.blogspot.com.br/2013/05/como-blogueiros-podem-assegurar-seus.html>

<http://sinprogoias.org.br/2-encontro-de-blogueiros-e-ativistas-digitais-de-goias-2/>

<http://revistacultive.com.br/campus-party-brasil/>

<http://www.nic.br/imprensa/clipping/2014/midia030.htm>

<http://www1.folha.uol.com.br/tec/2014/01/1404741-marco-civil-nao-soluciona-a-vigilancia-na-rede-diz-advogada.shtml>

<http://www.bluebus.com.br/nv-guerra-fria-digital-termo-pesado-discussao-atual-relevante-smwsp/>

<http://www.conexaojornalismo.com.br/colunas/cultura/musica/oito-dicas-para-blogueiros-brasileiros-que-enfrentam-persegucoes-judiciais-26-11715>

<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/05/tj-mantem-proibicao-protesto-em-rede-social-contra-empresendimento.html>

<http://oglobo.globo.com/brasil/tj-sp-mantem-proibicao-protesto-na-internet-contra-empresendimento-de-alto-padrao-8402284>

<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/05/1279247-justica-mantem-proibicao-a-protesto-contra-predio-na-vila-mariana.shtml>

<http://blogs.estadao.com.br/link/justica-mantem-censura-a-morador-que-criticava-construtora/>

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/tj-mantem-censura-a-protesto-no-facebook-de-morador-paulistano>

<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/julgamento-pode-derrubar-veto-a-protesto-no-facebook>

---

**Acesso à Informação**

<http://apublica.org/2014/03/pergunta-a-pm/>

[http://www.brasilpost.com.br/2014/03/14/pm-protesto-sao-paulo\\_n\\_4967308.html](http://www.brasilpost.com.br/2014/03/14/pm-protesto-sao-paulo_n_4967308.html)

<https://www.siscontabil.com.br/Noticias/Ver/10917/alckmin-retira-do-ar-sites-uteis-mas-mantem-propaganda-no-facebook>

<http://www.votoconsciente.org.br/encontro-de-afiliados-do-movimento-voto-consciente-2/>

<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2014/07/alckmin-retira-sites-do-ar-mas-mantem-noticias-e-fotos-de-inauguracao-no-facebook-8289.html/>

<http://webradioagua.org/index.php/agua-e-ciencia/item/1195-ong-promove-oficinas-sobre-acesso-%C3%A0-informa%C3%A7%C3%A3o-no-semi%C3%A1rido-brasileiro>

[http://renascesaojose.blogspot.com.br/2013\\_06\\_01\\_archive.html](http://renascesaojose.blogspot.com.br/2013_06_01_archive.html)

<http://www.institutobrasilverdade.org.br/noticia/movimento-voto-consciente-realiza-encontro-com-filiados>

<http://www.sintsprevmg.org.br/index.php/timas-notas-mainmenu-46/1888-clipping-16052013-quinta-feira-seguridad-social-e-servidores-publicos>

<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-08-22/mesmo-apos-um-ano-assembleia-de-sp-nao-cumpre-lei-de-acesso-dizem-ongs.html>

<http://www.abong.org.br/noticias.php?id=6207>

<http://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/plenos-poderes/o-silencio-da-pm-do-alckmin-e-a-lei-de-acesso-a-informacao.html>

**Outros**

<http://conscienciaeconsumo.com.br/consumismo-infantil/rede-brasileira-infancia-e-consumo-realiza-sexto-encontro-em-sp/>

<http://descobrincante.blogspot.com.br/2014/08/rede-brasileira-infancia-e-consumo.html>

<http://amarcbrazil.org/velhos-e-novos-desafios-da-liberdade-de-expressao/>

<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2014/07/alckmin-retira-sites-do-ar-mas-mantem-noticias-e-fotos-de-inauguracao-no-facebook-8289.html>

---

[http://www.baraodeitarare.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=591:classificar-para-protoger-a-consolidacao-da-classificacao-indicativa-no-brasil&catid=12:noticias&Itemid=185](http://www.baraodeitarare.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=591:classificar-para-protoger-a-consolidacao-da-classificacao-indicativa-no-brasil&catid=12:noticias&Itemid=185)